



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Pró-Reitoria de Gestão Administrativa

Diretoria de Logística

Coordenação de Planejamento de Compras

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

- 1.1. REGISTRAR PREÇO, através de PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para eventual aquisição de MARAVALHA E RAÇÃO, conforme especificações e quantitativos detalhados no ANEXO I, para atender as necessidades da Universidade Federal de Pernambuco.
- 1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições. (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993);
- 1.3. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.
- 1.4. Conforme legislação vigente, não se aplica margem de preferência aos itens do certame. A exclusividade de participação de ME e EPP não se aplica conforme inciso I do parágrafo único do art. 10 do DC 8.538 de 2015. **Há cota de 10% para participação exclusiva de ME e EPP**, resultando os itens 01 e 03 nos itens 02 e 04, os dois últimos para participação exclusiva de micro e pequenas empresas.
- 1.5. Em conformidade com a recomendação do Tribunal de Contas da União, mediante Acórdão nº 963/2011-2ª Câmara, item 9.2.1, justificamos a possibilidade de participação de sociedades **cooperativas**, nesta licitação por tratar-se de aquisição de bens onde a execução do objeto por este tipo de sociedade necessariamente não gera nenhum risco a sua execução. Além de observar regra que viabiliza tal participação, pois a Lei nº 8.666/93 no art. 3º, §1º, inc. I

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)"

Dessa forma, entendemos que **a permissão da participação de Sociedades Cooperativas**, neste procedimento licitatório, se coaduna com o diploma legal **mediante regramento de condições de participação e habilitação**.

- 1.6.** As diretrizes de sustentabilidade previstas neste termo baseiam-se no Art. 3º da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010; Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; incisos I, II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010; Art. 225º Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Observado as recomendações de soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU. Têm por objetivo atender às condições definidas no Termo de Compromisso firmado entre a Universidade Federal de Pernambuco e o Ministério do Meio Ambiente para adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, através do Convênio 79/2014 – UFPE, formalizado através do processo administrativo nº 23076.032479/2014-79.
- 1.7.** Com base no Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes gerais de sustentabilidade observadas neste termo:
- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
  - III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
  - VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
  - VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
- 1.8.** O presente Termo de Referência encontra-se alinhado ao PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA UFPE, que está sendo finalizado, segundo a Diretoria de Gestão ambiental - DGA, bem como ao Manual de destinação de resíduos sólidos que se encontra no site da UFPE <https://www.ufpe.br/sinfra/> na aba Diretorias/DGA (Diretoria de Gestão Ambiental)/Projetos e Ações ambientais – GPAA.
- 1.9.** Os itens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 1.9.1.** As especificações das embalagens devem acompanhar a descrição do produto;
- 1.10.** Os itens ofertados devem estar, no que couber, em conformidade com as normas e registros exigidos compulsoriamente e/ou expressos neste TR, Edital e anexos.
- 1.11.** O valor máximo aceitável do processo será **R\$ 894.411,00** (oitocentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e onze reais), conforme detalhamento contido na planilha de composição de preço máximo estimado constante nos autos;

- 1.12. A pesquisa de preços para definir o valor unitário máximo aceitável da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 27 de junho de 2014 e alterada pela nº 3, de 20 de abril de 2017, sendo composta por dois documentos: a Planilha de Composição de Preço Máximo Estimado e o Relatório de Preços, constante nos autos;
- 1.13. Em atendimento ao disposto no Art.2º, §1º da Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 20 de abril de 2017, utilizou-se como parâmetro a ferramenta do **painel de preços**, contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços. Em atendimento ao §2º, informa-se que foi utilizada como metodologia a **média** dos valores obtidos na pesquisa de preços.
- 1.14. Os recursos serão vinculados à Natureza de Despesa 3.3.90.30 – Mat. Consumo;

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O registro visa possível aquisição, conforme demanda manifestada (DFD, fls.12 e 13) pelo setor responsável, destinada ao suprimento da demanda dos 11 biotérios desta Universidade pelo período de 12 meses, sendo indispensável para manter o padrão nutricional e higiênico-sanitário dos animais alojados em tais instalações e como consequência influenciando diretamente na qualidade das pesquisas neles realizadas, conforme consta na folha 02.
- 2.2. Especificações e quantitativos detalhados no DFD. Sobre os quantitativos informados foi aplicada margem de segurança de aproximadamente 10%.
- 2.3. Justifica-se a previsão de adesão de ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES pelo atual cenário de redução de gastos públicos. Entende-se que, com a permissão de adesão, as unidades da Administração Pública que necessitem dos materiais registrados em ata possam realizar suas aquisições com um menor custo processual. Observa-se, contudo, que cada órgão interessado deverá avaliar, justificar e comprovar a devida vantagem da aquisição através do processo de adesão.
- 2.4. Considerando o Acórdão nº 1179/2014 – TCU – Plenário que cita no seu conteúdo o pronunciamento do Ministro Benjamin Zymler no Acórdão nº 22/2003 – TCU -Plenário:

8. A possibilidade de a Administração permitir a participação de consórcios em licitação na modalidade pregão está disciplinada pelo Decreto nº 3.555/2000, que aprovou o regulamento do pregão. Discrimina o art. 17 do referido Ato Normativo as regras a serem obedecidas pela Administração, quando admitida a participação de empresas em consórcio. Ao condicionar a incidência das mencionadas regras às hipóteses em que forem aceitas empresas em consórcio, evidente que o mencionado Diploma infralegal conferiu ao administrador faculdade de, conforme as necessidades do caso concreto, admitir ou não consórcio de empresas no pregão.

9. No mesmo sentido é a regra insculpida no art. 33 da Lei nº 8.666/93, que estipula as normas a serem seguidas pela Administração nas hipóteses em que for permitida a participação de consórcios na licitação. **Trata-se de escolha discricionária da Administração, a ser verificada caso a caso.** Muitas vezes, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação.

10. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões **de alta complexidade ou de relevante vulto**, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. **[grifo nosso]**

- 2.5. Portanto, com o intuito de privilegiar a competitividade, para esta licitação **não será admitida a participação de consórcios**, pois trata-se de registro de preços de bens, cujo objeto envolve materiais de baixa complexidade e pequeno vulto. Dessa forma, entendemos que a aquisição dos itens não implica na necessidade das empresas que atuam neste mercado associarem-se, pois não há o risco de isoladamente não conseguirem atender à demanda licitada, mesmo na hipótese da aquisição total de algum item.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

- 3.1. Dada a natureza comum do objeto, será procedida contratação através de Pregão Eletrônico, conforme previsto pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. (Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002).

- 3.2. Em função da destinação, regime de suprimento e por se tratar de demanda estimativa, será realizada a contratação através do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013).

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, com a redação do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 147 de 7/8/2014; Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 30 de agosto de 2018; Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada; lei 12.349 de 15 de dezembro de 2010; Lei 4.150 de 21 de novembro de 1962; Lei 6.938, de 31/08/1981 e IN IBAMA nº 06, de 15/03/2013; Decreto 8.538/2015, Lei 9.985, de 18/07/2000, Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 – Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e dá outras providências, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19, janeiro de 2010; Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26, abril de 2018;

PORTARIA Nº 301, de 19 de abril de 1996 do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 – Regulamenta o art. 3º da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;

Além do que mais for exigido neste Edital e em seus anexos.

#### 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os empenhos serão realizados conforme necessidade da UFPE ao longo do período da vigência da ata de registro de preços (ARP).

5.1.1. O material com as quantidades do objeto registrado na ARP devem ser entregues nos laboratórios apontados em documento enviado junto à nota de empenho, em até **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento de material, expedido pela UFPE para o fornecedor.

5.1.2. O horário é de 08h00min às 12h00min e de 14h00min às 16h00min de segunda a sexta-feira de dias úteis (dias de expediente normal da repartição) na Universidade Federal de Pernambuco, compreendido nos seguintes endereços:

5.1.2.1. Campus Recife – Av. da Arquitetura s/n, campus universitário, situado no bairro Cidade Universitária/Várzea. Recife – PE. CEP 50740-550.

**5.1.2.1.1. Quantidade total: 45.380 Kg do item maravalha e 47.820 Kg do item ração.**

5.1.2.2. Campus Acadêmico de Vitória - Rua Alto do Reservatório, S/N, Bela Vista, Vitória de Santo Antão – PE. CEP: 55.608-680.

**5.1.2.2.1. Quantidade total: 3.800 Kg do item maravalha e 3.120 Kg do item ração.**

5.2. A fornecedora deverá apresentar a nota fiscal no ato da entrega dos produtos, indicando o número da nota de empenho a ser liquidada, o número do pregão e dos itens, a quantidade de unidades entregues, os valores unitário e total, marca e os dados bancários da fornecedora.

5.3. A fornecedora deverá prever todo serviço logístico necessário.

**5.4.** As entregas das mercadorias serão realizadas conforme previsão do inciso II do Art. 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**5.4.1.** PROVISORIAMENTE, pelos representantes dos biotérios (fls. 04 e 05), para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

**5.4.1.1.** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações.

**5.4.2.** DEFINITIVAMENTE, **em até 10 (dez) dias corridos** após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação pelo Gestor da Ata;

**5.4.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da fornecedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento;

**5.4.4.** Na hipótese de irregularidade, sanadas as falhas, será reiniciada nova contagem para recebimento definitivo, a partir da data da resolução, conforme subitem 5.4.2.

**5.4.5.** Na hipótese da verificação a que se refere o SUBITEM 5.4.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.5.** O acompanhamento e recebimento pela UFPE não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela perfeita execução do fornecimento. Assim, mesmo entregue e recebido, o item fica sujeito à substituição pela FORNECEDORA, desde que comprovada a existência de problemas cuja verificação só seja possível no decorrer da utilização do mesmo.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA UFPE**

**6.1.** São obrigações da Contratante:

**6.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**6.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**6.1.3.** Comunicar à fornecedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**6.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da fornecedora, através de comissão/servidor especialmente designado;

**6.1.5.** Efetuar o pagamento à fornecedora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**6.1.6.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos que estejam em desacordo com as especificações do Edital ou diverjam da proposta encaminhada durante o certame.

## **7. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

**7.1.** A fornecedora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**7.2.** Cumprir as condições de sustentabilidade contidas no SUBITEM 1.9;

**7.3.** Cumprir todas as condições contidas no ITEM 5;

- 7.4. Comunicar UFPE qualquer anormalidade com os produtos entregues até a data de expedição do recebimento definitivo.
- 7.5. Entregar todos os produtos solicitados prontos para uso, nos locais e quantidades informados na Nota de Empenho, e de acordo com as exigências do Edital e da proposta aprovada.
- 7.6. Substituir, às suas expensas, itens fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, na proposta ou que apresentem imperfeições, defeitos, avarias ou vícios ocultos, que comprometam a integridade do objeto ou que ofereçam riscos aos usuários.
- 7.7. Arcar com todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, fretes, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, embalagem, garantia contratual e dos serviços, lucro e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto.
- 7.8. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Universidade Federal de Pernambuco, Órgãos Participantes e Não Participantes, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 7.9. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos.
- 7.10. Atender ao disposto no § 2º, Art. 22º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 para que não haja prejuízos ao fornecimento do Órgão Gerenciador e dos Participantes.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da fornecedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. CONTROLE DE EXECUÇÃO**

- 10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993. (Art. 12 do Decreto 7.892/2013).

**10.2.** A GESTÃO da Ata de Registro de Preços será exercida pela representante da comissão de biotérios, professora **Isvânia Maria Serafim da Silva Lopes** SIAPE nº **1903075**, CPF nº 822.208.084-91, e-mail: isvania@gmail.com – Telefone: (81) 9 9142-5270.

**10.2.1.** O Gestor Substituto será o professor **Sebastião Rogério de Freitas Silva**, SIAPE nº **2345691**, CPF nº 826.052.114-87, e-mail: rogersilva1975@gmail.com – Telefone: (81) 3114-4102.

**10.3.** São obrigações do gestor da Ata de Registro de Preços:

- a. Gerenciar processos de adesão por órgãos não participantes;
- b. Gerir o quantitativo disponível na ARP;
- c. Acompanhar o cumprimento das obrigações por parte da FORNECEDORA;
- d. Realizar o recebimento definitivo conforme SUBITENS 5.8.2, e, estando em conformidade, encaminhar a nota para pagamento;
- e. Encaminhar comunicados e notificações à FORNECEDORA;
- f. Autorizar a utilização da Ata de Registro de Preço.
- g. Manter, durante toda vigência da ata, histórico de ocorrências e documentos recebidos dos representantes dos biotérios;
- h. **Receber definitivamente**, conforme os subitens 5.4.2 à 5.4.4, os itens empenhados na forma e prazos estabelecidos no item 5 deste Termo;
- i. Liberar a fatura (nota fiscal) para pagamento somente após as etapas de: recebimento provisório; verificação dos itens cabíveis à gestão; e recebimento definitivo na forma da alínea anterior (“g”);
- j. Recomendar, por escrito, à UFPE, mediante a Diretoria de Licitações e Contratos – DLC da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST, a aplicação das sanções que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela fornecedora das obrigações pactuadas.

**10.4.** As adesões à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, serão limitadas a **cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes. (Art. 22, caput e §3º do Decreto 7.892/2013).

**10.5.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Art. 22, caput e §4º do Decreto 7.892/2013).

**10.6.** O órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada no prazo de até **90 (noventa) dias** da autorização dada pela UFPE, observado as condições e o prazo de vigência da ata. (Art. 22, caput e §§ 1º, 1º-A, 1º-B, 2º e 6º, do Decreto 7.892/2013).

**10.6.1.** Caso a contratação ou aquisição não seja concluída no prazo estabelecido pelo decreto a autorização concedida perderá sua validade e a adesão não poderá ser realizada.

**10.6.2.** Caso ocorra o previsto no item anterior, o órgão não participante poderá solicitar a extensão do prazo para utilização da ARP, conforme previsto pelo Inciso XI do Art. 7º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

XI - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 deste Decreto, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

## **11. CONTRATAÇÃO**

**11.1.** Regime de Contratação será realizado através do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

**11.2.** Na contratação o instrumento contratual será substituído por emissão de nota de empenho de despesa, instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **12. PROPOSTA**

**12.1.** A PROPOSTA DE PREÇOS deve conter especificação detalhada do item ofertado, informações da marca, do fabricante, preços atualizados de acordo com o último lance ofertado durante o pregão e as documentações de qualificação técnica elencadas no ITEM 14.

**12.2.** A proposta será analisada por comissão/servidor indicada pelo setor demandante: PROPEAQ:

**12.2.1.** Servidor **Vinícius Vasconcelos Gomes de Oliveira**, SIAPE nº **2058417**, CPF 017.451.095-01, E-mail: [vinicius-vasconcelos@hotmail.com](mailto:vinicius-vasconcelos@hotmail.com) Telefone: (81) 3114-4102.

**12.3.** Laudo de Análise que comprove as características do produto fornecido contendo, no mínimo, as informações do lote, data de validade e de fabricação;

**12.3.1. Dos itens de 01 à 04.**

**12.4.** CTF - Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal, de acordo com o IBAMA, Instrução Normativa nº 06, de 15/03/2013.

**12.4.1. Dos fabricantes dos itens de 01 à 04.**

**12.5.** Quando diligenciado pelo pregoeiro, a licitante deverá atender aos SUBITENS 12.3 à 12.4, **em até 01 (um) dia útil**, sob pena de desclassificação da proposta.

**12.6.** A comprovação dos registros apresentados poderá ser checada através de consulta aos sítios oficiais das respectivas entidades reguladoras.

**12.7.** Caso as comprovações deste ITEM 12 não sejam possíveis com as informações fornecidas pela licitante, será diligenciado pelo pregoeiro para apresentação de documentação adicional.

**12.8.** O modelo da proposta consta no Anexo II deste documento.

### 13. AMOSTRAS

**13.1.** A Universidade Federal de Pernambuco dispõe da prerrogativa de exigir dos licitantes a apresentação de amostra do bem, a fim de verificar a sua compatibilidade com os termos do ato convocatório e com a proposta comercial;

**13.1.1.** Será solicitada amostra, dos **itens de 01 à 04**, das propostas classificadas.

**13.2.** A amostra, quando solicitada, deverá ser entregue no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do pedido do pregoeiro, na Divisão de Planejamento de Compras da PROGEST, à Av. da Arquitetura s/n – Cidade Universitária, Recife – PE. CEP: 50.740 – 550. E-mail: [dplan.dlog@ufpe.br](mailto:dplan.dlog@ufpe.br), fone: 81 2126-7147.

**13.2.1.** A amostra deverá ser entregue nas mesmas condições do item a ser fornecido na possível contratação;

**13.3.** A amostra deverá conter o nome do licitante, número do pregão e número do item;

**13.4.** As amostras serão analisadas por comissão designada pela UFPE, sendo classificada aquela que atender aos requisitos deste Termo de Referência, anexos e demais normas do edital ficando a critério dos licitantes acompanharem os trabalhos;

**13.4.1.** O servidor responsável pela análise e parecer das amostras será o indicado no subitem 12.2.1.

**13.5.** As amostras, aprovadas e/ou reprovadas, deverão ser retiradas pelos licitantes **em até 15 (quinze) dias corridos**, contados da data da publicação do parecer pelo pregoeiro, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da UFPE;

**13.6.** Caso o produto, por suas características, exija número maior que uma unidade para a realização de teste, o fornecedor será comunicado;

**13.7.** Serão de inteira responsabilidade do licitante todas as despesas de entrega/devolução das amostras;

**13.8.** Expirado o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação apresentada na proposta.

**13.9.** Será solicitadas amostras de todos os itens (salvo no caso da mesma licitante ganhar o mesmo item da ampla concorrência e da cota exclusiva de ME e EPP, razão pela qual será dispensada uma delas).

**13.9.1.** A análise será feita com base nos critérios estabelecidos, para cada item, recebendo a indicação de “Conforme - C” ou “Não conforme - NC” e será considerado aprovado o item que receber a indicação “Conforme-C” em todos os critérios estabelecidos;

**13.9.2.** Para MARAVALHA: Avaliação visual – granulometria, cor, odor, aspecto visual, porcentagem de finos, presença de partículas estranhas, presença de farpas.

**13.9.3.** Para RAÇÃO: Avaliação do rótulo – a amostra deve conter o rótulo original do produto, com as informações de composição alimentar e nutricional, indicações, especificações técnicas, data de fabricação, validade e número do lote.

#### 14. QUALIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

**14.1.** ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA expedido por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido ou estar fornecendo, a contento, produto de mesma natureza, compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

**14.1.1.** Da licitante dos itens de 01 à 04.

**14.1.2.** Considera-se **quantitativo compatível** a comprovação de fornecimento de no mínimo **10% (dez por cento)** da quantidade do item da proposta ofertada. Poderá haver soma de atestados.

**14.1.3.** Se diligenciado pelo pregoeiro, a licitante deverá apresentar documentação que comprove as informações apresentadas no atestado de capacidade técnica, tais como contratos e/ou notas fiscais de fornecimento, **em até 01 (um) dia útil**, sob pena de desclassificação da proposta.

#### 15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**15.1.** O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de apresentação da Nota Fiscal, regularmente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e após a regularidade do fornecedor junto ao SICAF, à Seguridade Social e ao FGTS ter sido verificada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, da Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças.

**15.1.1.** Os empenhos serão realizados conforme necessidade da UFPE ao longo do período da vigência da ata de registro de preços (ARP).

**15.1.2.** Os pagamentos só serão realizados com a efetiva entrega dos itens em conformidade.

**15.2.** Caso a Nota Fiscal contenha inconsistências será devolvida à fornecedora para correção e posterior reapresentação. Será acrescentado ao prazo previsto no SUBITEM 15.1, os dias entre a data da devolução à fornecedora e a data da reapresentação da nota fiscal à UFPE.

#### 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1.** As penalidades e seus critérios de aplicação estarão dispostos no Edital, conforme procedimento adotado pela Diretoria de Licitações e Contratos da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa.

Recife, 20 de dezembro de 2018.



**Ibson Alves de Oliveira**  
Coordenação de Planejamento de Compras  
SIAPE: 1960332

De acordo,

**Liliana Vieira de Barros**  
Diretora de Logística  
SIAPE nº 2132526

Aprovo,

**Anísio Brasileiro de Freitas Dourado**  
Reitor  
SIAPE nº 1130728



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

70 ANOS  
TEMPOSTRANSVERSOS

PROGEST

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO  
ADMINISTRATIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Pró-Reitoria de Gestão Administrativa

Diretoria de Logística

Coordenação de Planejamento de Compras

### ANEXO I

#### ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição CATMAT	Especificação	Unidade	Campus Recife	Campus Acadêmico de Vitória de Santo Antão	Quantidade Total	Preço Unitário máximo aceitável
01	BR0010898	CAVACO MADEIRA, CAVACO DE MADEIRA	<p>MARAVALHA de pinus (Pinus elliottii) especial, para uso em forragem de caixa de animais de laboratório, obtida de madeira, inodora, na cor marfim, em lasca de madeira com espessura de no máximo 1mm, que não tenha sofrido prévio tratamento químico, sem contaminação, não sendo oriunda de carpintaria e outros, com secagem em forno rotativo vazado com temperatura a 100°C/calorias permanecendo em média de 2 a 3 horas, em acondicionamento de saco tipo cereal nylon e suas condições deverão estar de acordo com a <b>Portaria MAARA 301, 19/04/96 e Res. SAA 10, 19/04/02.</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Capacidade de absorção de água (C.A. especificado&gt;250)</li><li>- Fungos manchadores ou apodrecedores: aceitável até no máximo 0,5%.</li><li>- Ausência total de lascas, farpas, britas e demais impurezas oriundas de outros materiais e espécies vegetais.</li><li>- Granulometria/dimensões de partícula valor específico (% massa)</li></ul>	Kg	40.840	3.420	44.260	R\$7,29



		<p>Peneira% retida do total</p> <p>28,6 mm (17/8")0,0</p> <p>22,2 mm (7/8")0,0 a 0,6</p> <p>15,9 mm (5/8")0,0 a 25</p> <p>9,5 mm (3/8")0,0 a 30</p> <p>4,8 mm (3/16)30 a 60</p> <p>Bandeja0 a 5</p> <p>- Apresentação: sacos tipo ráfia autoclavável, contendo 5,0 Kg.</p> <p>- Solicitar amostra referência do material para avaliação e comparação com os lotes recebidos (contra-prova com armazenagem por 12 meses).</p> <p>- encaminhar laudo técnico do IPT atestando a qualidade e adequação do insumo ao descrito no edital.</p> <p>Especificação do Pinus (planta):</p> <p>Nome Científico: Pinus elliottii</p> <p>Reino: Plantae</p> <p>Phylum: Coniferophyta</p> <p>Classe: Pinopsida</p> <p>Ordem: Pinales</p> <p>Família: Pinaceae</p> <p>Pinus elliottii L.</p> <p>Sinônimos:</p> <p>Pinus taeda var. heterophylla</p> <p>Pinus heterophylla</p> <p>Nome Comum:</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

			Pinus Pinheiro-americano Slash pine inglês <b>NBR 14790:2014 – Manejo Florestal.</b>					
02	BR0010898	CAVACO MADEIRA, CAVACO DE MADEIRA	<p>MARAVALHA de pinus (Pinus elliottii) especial, para uso em forragem de caixa de animais de laboratório, obtida de madeira, inodora, na cor marfim, em lasca de madeira com espessura de no máximo 1mm, que não tenha sofrido prévio tratamento químico, sem contaminação, não sendo oriunda de carpintaria e outros, com secagem em forno rotativo vazado com temperatura a 100°C/calorias permanecendo em média de 2 a 3 horas, em acondicionamento de saco tipo cereal nylon e suas condições deverão estar de acordo com a <b>Portaria MAARA 301, 19/04/96 e Res. SAA 10, 19/04/02.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacidade de absorção de água (C.A. especificado&gt;250)</li> <li>- Fungos manchadores ou apodrecedores: aceitável até no máximo 0,5%.</li> <li>- Ausência total de lascas, farpas, britas e demais impurezas oriundas de outros materiais e espécies vegetais.</li> <li>- Granulometria/dimensões de partícula valor específico (% massa)</li> </ul> <p>Peneira% retida do total</p> <p>28,6 mm (17/8”)0,0</p> <p>22,2 mm (7/8”)0,0 a 0,6</p> <p>15,9 mm (5/8”)0,0 a 25</p> <p>9,5 mm (3/8”)0,0 a 30</p> <p>4,8 mm (3/16)30 a 60</p> <p>Bandeja0 a 5</p>	Kg	4.540	380	4.920	R\$7,29



			<p>- Apresentação: sacos tipo ráfia autoclavável, contendo 5,0 Kg.</p> <p>- Solicitar amostra referência do material para avaliação e comparação com os lotes recebidos (contra-prova com armazenagem por 12 meses).</p> <p>- encaminhar laudo técnico do IPT atestando a qualidade e adequação do insumo ao descrito no edital.</p> <p>Especificação do Pinus (planta):</p> <p>Nome Científico: Pinus elliottii</p> <p>Reino: Plantae</p> <p>Phylum: Coniferophyta</p> <p>Classe: Pinopsida</p> <p>Ordem: Pinales</p> <p>Família: Pinaceae</p> <p>Pinus elliottii L.</p> <p>Sinônimos:</p> <p>Pinus taeda var. heterophylla</p> <p>Pinus heterophylla</p> <p>Nome Comum:</p> <p>Pinus</p> <p>Pinheiro-americano</p> <p>Slash pine inglês.</p> <p><b>NBR 14790:2014 – Manejo Florestal.</b></p> <p><b>EXCLUSIVO PARA ME E EPP.</b></p>					
03	BR0074381	<b>RAÇÃO ANIMAL,</b>	<p><b><u>RAÇÃO PARA RATOS E CAMUNDONGOS</u></b> extrusada, composta de farelo de milho, farelo de trigo, farelo de soja, carbonato de cálcio, fosfato bicálcico, cloreto de sódio, aminoácido, premix mineral vitamínico. Enriquecimento por Kg</p>	Kg	43.032	2.808	45.840	R\$10,52



		ALIMENT O INDUSTRI ALIZADO DE CONSUM O ANIM	de ração: Biotina 016 mg, colina 2800 mg, ácido fólico 13 mg, ferro 180 mg, cobre 30 mg, zinco 110 mg, manganês 110 mg, iodo 1 mg, selênio 0,20 mg, cobalto 2 mg, vitamina A 25577 UI, vitamina E 82 mg, vitamina D3 4000UI, vitamina K 6,4 mg, sódio 2,8 g, magnésio 1,7 g, ácido propionico 1540 mg, vitamina B12 40 mcg, niacina 220 mg, ácido pantotênico 90 mg, piridoxina-vitamina B6 HCl 11 mg, riboflavina 12 mg, tiamina 11 mg. - Níveis de Garantia por Quilograma (Kg) do Produto: • Umidade (Max) 13,0% • Proteína Bruta (Min) 23,0% • Extrato Etéreo (Min) 4,0% • Matéria Fibrosa (Max) 5,0% • Matéria Mineral (Max) 10,0% • Calcio (Max) 1,3% • Fosforo (Min) 0,85% - <b>Observações:</b> • <b>Data de Fabricação: Não superior a 20 (vinte) dias da data de entrega do produto;</b> • <b>Data de Validade: 90 (noventa) dias;</b> • <b>Embalagem: 20 kg por saco. Os sacos devem ter, no mínimo 02 (duas) folhas de papel resistente a impactos, mantendo a integridade do produto.</b>					
04	BR0074381	RAÇÃO ANIMAL, ALIMENT O INDUSTRI ALIZADO DE CONSUM O ANIM	<b>RAÇÃO PARA RATOS E CAMUNDONGOS</b> extrusada, composta de farelo de milho, farelo de trigo, farelo de soja, carbonato de cálcio, fosfato bicálcico, cloreto de sódio, aminoácido, premix mineral vitamínico. Enriquecimento por Kg de ração: Biotina 016 mg, colina 2800 mg, ácido fólico 13 mg, ferro 180 mg, cobre 30 mg, zinco 110 mg, manganês 110 mg, iodo 1 mg, selênio 0,20 mg, cobalto 2 mg, vitamina A 25577 UI, vitamina E 82 mg, vitamina D3 4000UI, vitamina K 6,4 mg, sódio 2,8 g, magnésio 1,7 g, ácido propionico 1540 mg, vitamina B12 40 mcg, niacina 220 mg, ácido pantotênico 90 mg, piridoxina-vitamina B6 HCl 11 mg, riboflavina 12 mg, tiamina 11 mg. - Níveis de Garantia por Quilograma (Kg) do Produto: • Umidade (Max) 13,0% • Proteína Bruta (Min) 23,0% • Extrato Etéreo (Min) 4,0% • Matéria Fibrosa (Max) 5,0% • Matéria Mineral (Max) 10,0% • Calcio (Max) 1,3% • Fosforo (Min) 0,85% - <b>Observações:</b> • <b>Data de Fabricação: Não superior a 20 (vinte) dias da data de entrega do produto;</b> • <b>Data de Validade: 90 (noventa) dias;</b> • <b>Embalagem: 20 kg por saco. Os sacos devem ter, no mínimo 02 (duas) folhas de papel resistente a impactos, mantendo a integridade do produto.</b> <b>EXCLUSIVO PARA ME E EPP.</b>	Kg	4.788	312	5.100	R\$10,52



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO



PROGEST

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO  
ADMINISTRATIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Pró-Reitoria de Gestão Administrativa

Diretoria de Logística

Coordenação de Planejamento de Compras

## ANEXO II MODELO DA PROPOSTA

OBJETO: eventual aquisição de MARAVALHA E RAÇÃO, para atendimento das necessidades das unidades acadêmicas e administrativas da Universidade Federal de Pernambuco.

Especificação do Produto	Marca/Fabricante/ Modelo/ Linha	Unidade	Qtd.	R\$

Preço da proposta R\$	
-----------------------	--

VALIDADE DA PROPOSTA: ....(..) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do produto; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

(Local), ..... de ..... de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)